



1.

**ATA**

Aos onze dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro.-----

Não compareceu o Vereador Bruno Alberto Vieira Fernandes, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora de Departamento, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----**

O **Presidente da Câmara** anunciou que hoje iria ser apresentado, pela Técnica Superior da Câmara Municipal, Arq.<sup>a</sup> Teresa Costa, o ponto de situação do projeto HEREDITAS. Feita a apresentação do projeto, o Presidente da Câmara passou a palavra aos Vereadores que quisessem intervir e apresentar questões. O **Vereador André Coelho Lima** começou por explicar porque tinha pedido o ponto de situação deste trabalho, referindo que tal teve que ver com a classificação, em reunião de Câmara de 31 de janeiro último, da Casa dos Carvalhos como monumento de interesse municipal, à margem do projeto HEREDITAS. Terminou, agradecendo esta apresentação do trabalho. -----

O **Vereador Fernando Seara de Sá** explicou que o projeto HEREDITAS tem como objetivo mapear o património (bens patrimoniais) e não encontrar uma lista de património classificado, sendo traduzido no final como um

instrumento que possa também ser utilizado para encontrar imóveis passíveis de classificação. Esclareceu que o processo da Casa dos Carvalhos tinha de ser decidido naquele momento, já que o processo é anterior ao projeto HEREDITAS, não havendo, por isso, qualquer descoordenação. Terminou, dizendo que, ao conhecer o património, será importante recorrer-se de instrumentos de defesa, valorização e utilização do mesmo, reiterando que o objetivo último do projeto HEREDITAS não era encontrar uma lista de património a classificar. -----

#### -----INTERVENÇÕES-----

**1 - Vereador André Coelho Lima** – Disse querer voltar a falar sobre a construção de um muro de contenção no Lugar do Monte, em Gondar, perguntando por que razão foi promovido um ajuste direto bastante acima do limite imposto por lei, para a construção de um muro na sequência de uma derrocada que sucedeu antes do último Natal. Questionou, ainda, em que medida é que a Câmara Municipal intervém em propriedade privada industrial e porque não foi realizada idêntica intervenção no Edifício “Mimosa”, em Moreira de Cónegos, que considera apresentar maior perigosidade para os moradores. Deu, também, um exemplo de uma derrocada semelhante, junto do Campo de Jogos do Pevidém, em que a propriedade é municipal e onde a Câmara Municipal igualmente não interveio. Depois das explicações dadas pelo Presidente da Câmara disse que gostariam de acompanhar o procedimento que está a ser tomado relativamente ao Edifício “Mimosa”, em Moreira de Cónegos. -----

**2 – Vereador Ricardo Araújo** – Perguntou qual o ponto de situação da candidatura da zona de Couros a Património Cultural da Humanidade. Recordou o historial deste processo, dizendo que parecia que esta candidatura estava a perder velocidade, já que não havia notícias sobre este assunto, que considera de enorme importância para Guimarães,



manifestando preocupação sobre esta matéria. Depois das explicações dadas pelo Vereador Fernando Sá, disse que o processo não estava a decorrer dentro do tempo que todos gostariam e que não se devia perder o foco no que é determinante, considerando importante que se estabeleça um horizonte temporal para alcançar o objetivo.-----

**3 – Presidente da Câmara – a)** - Quanto ao muro de Gondar, esclareceu que começa a ser preocupante as diversas situações existentes no concelho que são comunicadas à Câmara Municipal pelos cidadãos e que apresentam perigo. Esclareceu que os Serviços da Proteção Civil têm atuado imediatamente, acompanhados da equipa de vistorias administrativas, que elaboram um relatório sobre o respetivo estado e condições, o que é executado escrupulosamente. Informou que o referido muro se situa entre um caminho com cerca de 2m<sup>2</sup>, que foi tornado público na sequência de uma operação de loteamento, onde foram depositadas condutas de águas pluviais, tendo a queda de parte do muro sido precipitada pelo rebentamento de uma dessas condutas. Explicou, ainda, que dada a dimensão da intervenção e a complexidade da situação, os serviços do Departamento de Obras Municipais apontaram para a necessidade de ser elaborado previamente um projeto que, em definitivo, consolidasse as terras, projeto que foi adjudicado, por ajuste direto, a um Técnico externo da especialidade. Nesta sequência, disse que, logo que o projeto ficou concluído e foi entregue, de imediato se promoveu o lançamento da empreitada para execução da obra de acordo com o respetivo projeto. Relativamente ao Edifício “Mimosa”, em Moreira de Cónegos, disse que foram igualmente desencadeados os procedimentos descritos no relatório dos Serviços da Proteção Civil, nomeadamente, a adjudicação do projeto de intervenção, esclarecendo, ainda, que a questão do pagamento das despesas é sempre analisada e decidida posteriormente. Sobre o Campo de

Jogos do Pevidém, esclareceu que a situação era efetivamente frágil e muito confusa, nunca tendo sido formalizada a ocupação por parte do Clube, em comodato ou em direito de superfície, processo que está em vias de concretização. Acrescentou que a Câmara Municipal fará brevemente uma intervenção na base do muro, repondo a segurança e abrindo ao trânsito uma via que se encontra encerrada há quase um ano. Esclareceu, ainda, a questão dos ajustes diretos à empresa Terraplanagens Falcão, Lda., cujas notícias vindas a público não correspondem minimamente à verdade, já que apenas existem dois processos de ajuste direto abaixo de €30.000,00, sendo os restantes procedimentos todos por consulta prévia. Ainda sobre estes últimos, explicou os contornos dos procedimentos e a decisão de adjudicação sempre pelo preço mais vantajoso, aludindo, ainda, a uma baixa adesão de concorrentes em alguns procedimentos motivada pelo aumento da procura. Clarificou, ainda, que não se verifica qualquer incompatibilidade por parte da empresa que opera há cerca de 30 anos, pelo facto de o sócio principal ser o Presidente da Junta da União das Freguesias de Sande Vila Nova e Sande S. Clemente, visto exercer esse cargo em regime de não permanência. Ainda sobre a atuação dos serviços da Proteção Civil, referiu uma visita recentemente efetuada à União das Freguesias de Airão Santa Maria, Airão S. João e Vermil revelando que, por indicação daqueles serviços, já foi encerrado o trânsito automóvel numa estrada que atravessa duas explorações de inertes. Terminou, dizendo que os pareceres jurídicos emitidos sobre a queda de parte do muro de Gondar concluem que a Autarquia atuou no quadro das suas competências, sendo responsável pelo financiamento da obra; **b)** – Sobre a classificação da zona de Couros a Património Cultural da Humanidade disse que a requalificação do Teatro Jordão e da Fábrica Freitas e Fernandes será uma mais-valia no âmbito da apresentação da candidatura.-----



**4 - Vereador Fernando Seara de Sá** – Sobre a intervenção do Vereador Ricardo Araújo disse que, no momento em que o bem foi inscrito na Lista Indicativa de Portugal a Património Mundial, iniciou-se um processo oficioso. Nessa sequência, disse que foi solicitado um conjunto de esclarecimentos, obrigando à adoção de determinados procedimentos, tornando o processo oficial. Deu conta das diligências efetuadas junto da Direção Geral do Património Cultural que sugeriu um trabalho em articulação com a Direção Regional de Cultura do Norte, no sentido de sedimentar e dar mais robustez à proposta. Disse, ainda, que, com vista a prestar os esclarecimentos solicitados, foi contratada uma assessoria externa, estando a decorrer estudos, para que, até ao final do presente ano, a proposta possa ser reformulada. Por último, referiu os contactos a manter com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, entidade responsável pela apresentação da candidatura. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

1. Do Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras do Município de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----
2. Do Relatório e Parecer do Auditor Externo sobre as Contas do Exercício de 2018 do Município de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----
3. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA remetendo, para conhecimento, o parecer sobre a informação económico-financeira da VIMÁGUA – Empresa de Água e Saneamento de Guimarães e Vizela, EIM, SA, relativa ao 2.º semestre de 2018, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----
4. Do ofício de Armando Magalhães, Carlos Silva & Associados, SROC, LDA,

remetendo, para conhecimento, o parecer sobre a informação económico-financeira da CASFIG – Coordenação de Âmbito Social e Financeiro das Habitações do Município de Guimarães, EM, Unipessoal, Lda., relativa ao 2.º semestre de 2018, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. -----

**5. Da seguinte informação: “ISENÇÃO DE IMI – 2017 – CENTRO HISTÓRICO – ESCLARECIMENTOS À AUTORIDADE TRIBUTÁRIA – PROCESSO 40/33/2017** - Em sua sessão de 27 de novembro de 2017 a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 16 de novembro de 2017, aprovou a concessão de isenção de IMI dos prédios não devolutos localizados no Centro Histórico de Guimarães, classificado como Património Cultural da Humanidade. Em resultado do trabalho de validação de todos os pedidos apresentados nesta autarquia com vista à concessão de isenção de IMI, foi submetida ao Órgão Executivo, em sua reunião de 21 de dezembro de 2017, uma listagem contendo a identificação matricial dos prédios abrangidos pela isenção de IMI, relativa ao ano de 2017, bem como a correspondente despesa fiscal, estimada na altura em €116.179,12, tendo tal listagem sido comunicada atempadamente à Autoridade Tributária (AT). Mais tarde, em sessão tomada em 12.04.2018, foi dado conhecimento à Câmara Municipal da alteração da despesa fiscal, decorrente da retificação predial de determinados imóveis, que acresceu em €333,18, totalizando assim a despesa fiscal relativa ao IMI de 2017 no valor de €116.512,30. Na listagem remetida, em dezembro de 2017, à AT constava o prédio inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 753º, localizado na Rua Val de Donas, n.º 1-11, desta cidade, tendo sido concedida a isenção total do prédio, atendendo à validação da ocupação na sua totalidade. Entretanto, vem agora a AT comunicar-nos que aquele prédio durante o ano de 2018 foi alterado, a pedido do proprietário, tendo sido



L.

fr

participado com áreas suscetíveis de utilização independente – R/C F, R/C T e 1º/2º dando origem ao novo artigo 2.385º, solicitando a AT informação sobre se a isenção total concedida, no ano de 2017, para o antigo artigo 753º se mantém para o artigo 2.385º, ou se se atribui apenas a algumas das áreas suscetíveis de utilização independente. Em face do solicitado, cumpre-me informar o seguinte: O prédio aqui em causa, localizado na Rua Val de Donas, n. 1-11, desta cidade, encontrava-se, em 2017, inscrito sob o artigo 753º, com um VPT de €124.030,00. Como já mencionado, em sua reunião de 21 de dezembro de 2017, a Câmara Municipal concedeu a isenção de IMI para os prédios elencados na listagem que foi anexa, onde se incluía a isenção total para o prédio inscrito sob o artigo 753º, o que significou uma despesa fiscal no valor de €434,11, precisamente pelo facto de à data se ter comprovado que o imóvel se encontrava totalmente ocupado. Ora, pese embora agora o mesmo prédio se encontrar participado com várias unidades suscetíveis de utilização independentes – R/C F, R/C T e 1º/2º, dando origem a novo artigo matricial – art.º 2385º, a verdade é que no ano da concessão de IMI – 2017 - o prédio encontrava-se totalmente ocupado, o que significa que deverá ser entendido que a isenção de IMI do ano de 2017 para aquele imóvel corresponde à totalidade das várias unidades - R/C F, R/C T e 1º/2º. Desta forma, considerando que o novo VPT atual do imóvel é de €271.790,00, o que corresponde a uma despesa fiscal de €951,27, significa, pois, um acréscimo da despesa fiscal, relativa ao IMI de 2017, no valor de €517,16 em relação à última listagem submetida ao órgão executivo, passando a receita fiscal de IMI daquele ano a ser de €117.029,46 (€116.512,30 + €517,16). Para os devidos efeitos, e em caso de concordância superior, poderão ser prestados à AT os esclarecimentos acima expostos, confirmando-se que a isenção total de IMI, concedida em 2017, para o prédio inscrito sob a matriz predial urbana sob o artigo 753º,

corresponde à totalidade das unidades suscetíveis de utilização independente do artigo 2.385º (R/C F, R/C T e 1º/2º), devendo ainda submeter-se a conhecimento da Câmara Municipal, na próxima reunião ordinária. Mais se esclarece que, no ano de 2018, não foi solicitada pelo proprietário a isenção de IMI para o prédio acima descrito.” -----

6. Do ofício remetido à Direção-Geral do Território, com conhecimento ao Ministro do Ambiente e da Transição Energética, bem como do ofício dirigido aos Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, sobre a delimitação territorial das freguesias, que se dão aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

7. Do ofício da Assembleia Municipal n.º 68, datado de 29 de março de 2019, que comunica a aprovação, em sessão extraordinária realizada no passado dia 28 de março, da seguinte proposta: a) – “Processo de Descentralização – Transferência de competências em diversos domínios de atuação do Estado – Diplomas publicados em janeiro de 2019 – proteção e saúde animal e segurança dos alimentos, educação, cultura e saúde”. -----

#### -----DELIBERAÇÕES-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**FREGUESIAS – CONCESSÃO DE APOIOS MUNICIPAIS ÀS FREGUESIAS –** Presente a seguinte proposta: “Estabelece o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das



1.

competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 19 de outubro de 2017, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no ano de 2019, no âmbito das suas atribuições no domínio, entre outras, do equipamento rural e urbano, do ambiente e salubridade, do desenvolvimento, do ordenamento urbano e rural e da proteção da comunidade, sendo suas competências próprias nessa matéria, designadamente, gerir, conservar e ou promover a limpeza e reparação de espaços públicos e equipamentos de âmbito local e administrar e conservar o património da freguesia, conforme estabelecido nas alíneas z), aa), bb), hh) e ii) do n.º 1 do artigo 16.º do mesmo diploma legal, sendo que as verbas a conceder foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a celebração de Contratos de Atribuição de Subsídio com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa onde consta a designação das obras e a transferência das correspondentes verbas, no ano civil de 2019 (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

**FREGUESIAS – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS (CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS) –** Presente a seguinte proposta:

“Estabelece o disposto no n.º 2 do artigo 117.º, em conjugação com o artigo 131.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que os municípios, através dos seus órgãos, podem delegar competências nos órgãos das freguesias para a prossecução das suas atribuições em todos os domínios dos interesses próprios das populações. O Presidente da Câmara, no uso das competências que lhe foram conferidas por deliberação da Câmara Municipal de 19 de outubro de 2017, promoveu a discussão e a preparação com as juntas de freguesia tendo em vista a celebração de contratos de delegação de competências, nos termos e para os efeitos previstos na alínea l), do n.º 1, do art.º 33º do aludido diploma legal, cabendo-lhes a iniciativa e escolha das obras a realizar no **ano de 2019**, no âmbito da manutenção, conservação e reparação das vias municipais, bem como a criação, construção e gestão de instalações, equipamentos, serviços e redes de circulação integrados no património do Município ou colocados, por lei, sob administração municipal, conforme estabelecido nas alíneas bb) e ee) do n.º 1 do mesmo artigo 33.º, sendo que as verbas a conceder neste domínio foram ponderadas de acordo com a área geográfica de cada freguesia e o seu número de eleitores. Pelo exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º e da alínea m) do n.º 1 do artigo 33º, ambos da referida Lei n.º 75/2013, a celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com as Freguesias do Concelho, conforme minuta em anexo (**Doc. 1**), bem como a aprovação do mapa onde consta a designação das obras e a transferência das correspondentes verbas, **no ano civil de 2019**, por conta das competências a delegar (**Doc. 2**).” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA**



L.

fu

**MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Votaram contra os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro. -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE SELHO S. CRISTÓVÃO – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 12 DE ABRIL DE 2018** – Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal, em sessão realizada em 30 de abril de 2018, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de 12 de abril de 2018, que aprovou a celebração de um Contrato de **Atribuição de Subsídio** com a Freguesia de **Selho S. Cristóvão**, para a execução de obras na rua das Casas Novas (pavimento e drenagem de águas pluviais) e na rua do Adro (pavimento e muro), mediante a transferência de uma verba de **€32.126,84**. Entretanto, verificou-se um lapso quanto à dominialidade das ruas acima identificadas, uma vez que são municipais e não da freguesia, pelo que o valor atribuído para as obras nestas vias configura uma delegação de competências e não um subsídio. Assim, submete-se à Câmara Municipal e, posteriormente, à Assembleia Municipal, a revogação das deliberações acima identificadas, propondo-se que, nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do art.º 33º e da alínea k) do nº 1 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, seja aprovada a atribuição de uma verba à Freguesia de Selho S. Cristóvão, no valor de **€32.126,84**, destinado às obras pavimentação e drenagem de águas pluviais na rua das Casas Novas e pavimentação e construção de muro na rua do Adro, mediante a celebração de um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências. A referida verba será paga mediante autos de medição a elaborar pelo Departamento de Obras Municipais.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE CANDOSO S. MARTINHO – CONTINUIDADE**

**DO PROJETO SOCIAL “CANDOSO ATIVO” (1 DE MAIO DE 2019 A 30 DE ABRIL DE 2020)** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência do Orçamento Participativo decorrido no ano de 2015, foi desenvolvido o projeto “Candoso Ativo”, que se revelou da maior conveniência para o desenvolvimento da comunidade envolvente, e que tem como principal objetivo a promoção do envelhecimento ativo e a prevenção do isolamento social de pessoas com idade igual ou superior a 55 anos, residentes na Comissão Social Interfreguesias Vale do Selho, garantindo, simultaneamente, o acompanhamento dos idosos sinalizados no âmbito do Programa “Guimarães 65+”. No último ano de execução deste projeto, cuja última renovação aconteceu a 1 de maio de 2018, foi redefinido o seu plano de intervenção, o que implicou um alargamento do plano de atividades, que passa a abranger 110 participantes. A equipa de profissionais que apoia este projeto levou a cabo, no último ano, um programa que contemplou 19 atividades de animação sociocultural, que acontecem com uma regularidade variável (semanalmente, uma vez por mês ou duas vezes por mês), a saber, “Treino Funcional Vida Feliz”, “Ateliê de trabalhos manuais”, “Ateliês temáticos”, “Ateliê de música”, “Mitos e Verdades Médicos”, “Ateliê de debate”, “Ateliê de nutrição”, “Ateliê de sentimentos e emoções”, “Ateliê de computadores”, “Ateliê de Teatro”, “Musicoterapia”, “Hidroginástica” e “Yoga”. Para além destas atividades foram promovidas inúmeras visitas culturais, pedagógicas e lúdicas, nomeadamente ao Centro Ciência Viva de Guimarães e ao Laboratório da Paisagem, à UNICOR, a uma Fábrica de Chocolate, e também garantida a participação na “Semana Sénior” e nas “Reisadas”, iniciativas levadas a cabo anualmente pela Divisão de Ação Social desta Câmara. Destaquem-se ainda uma sessão de cinema no “Espaço Guimarães” (Castelo Lopes), a participação no “Preço Certo” (RTP), uma viagem no teleférico, uma partida de Mini Golfe e a visualização de



L.

uma peça de teatro na Escola Francisco de Holanda. Ressalve-se o investimento na promoção de momentos de convívio e de partilha intergeracional, com visitas regulares à Escola Básica de Candoso S. Martinho e à Escola E.B. 2,3 de Pevidém. O Projeto “Candoso Ativo” assegurou, ainda o apoio ao Programa Municipal “Guimarães 65+”, acompanhando, no último ano, 25 idosos em situação de isolamento, num total de 49 visitas domiciliárias efetivadas. Garantiu igualmente o acompanhamento psicológico de 32 pessoas, num total de 62 consultas realizadas pela psicóloga que constitui a equipa deste projeto, que passou a ter uma afetação a tempo inteiro ao mesmo. Considerando a pertinência deste projeto e o caráter inovador das respostas que disponibiliza, e tendo também em linha de conta que a sua continuidade se afigura essencial na garantia de uma melhor qualidade de vida desta população, submete-se à aprovação da Câmara Municipal e, posteriormente, da Assembleia Municipal, a proposta de continuidade do Projeto “Candoso Ativo”, através da transferência, a título de subsídio, do valor de **€40.000,00 (quarenta mil euros)**, correspondente a um período de 12 meses (**de 1 de maio de 2019 a 30 de abril de 2020**), à Junta de Freguesia de Candoso S. Martinho, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta do Protocolo que se anexa.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**FREGUESIAS – CANDIDATURA AO PROGRAMA DA ABAE ECO-FREGUESIA XXI – APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO** – Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães tem vindo a apostar numa estratégia de educação ambiental, assente no propósito da visão de desenvolvimento sustentável

para o território, manifestada na missão de "Guimarães Mais Verde", movimento agregador da comunidade que aponta e mobiliza a população para a adoção de comportamentos sustentáveis e de maior consciencialização ambiental, valorizando o território e fomentando uma cultura cívica territorial que considere o ordenamento do território e a conservação e valorização do património natural, paisagístico e cultural. Neste contexto o município de Guimarães tem aderido ao programa ECO XXI, da ABAE (Associação Bandeira Azul da Europa) que tem por objetivo a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade desenvolvidas ao nível dos municípios, bem como ao **programa Eco-Escolas** - que em 2018 contou com 53 inscrições - que tem contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização da comunidade escolar, e, ainda, ao **programa Eco-Freguesias** - que no ano transato registou apenas 5 inscrições – programa que visa trabalhar com as freguesias no sentido do desenvolvimento de eco-comunidades ou comunidades sustentáveis. Os Programas da ABAE têm como principal objetivo valorizar um conjunto de aspetos considerados fundamentais à construção do desenvolvimento sustentável alicerçados na Sustentabilidade e na Qualidade Ambiental, avaliando a prestação de municípios, escolas e freguesias em torno de alguns temas chave, designadamente: Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável; Sociedade Civil, Instituições, Conservação da Natureza, Ar, Água, Energia, Resíduos, Mobilidade, Ruído, Agricultura, Turismo e Ordenamento do Território. O **Eco-Freguesias XXI** procura responder aos novos desafios estabelecidos pela estratégia "UE 2020", enquadrando-se nas opções estratégicas que consolidam o desígnio europeu de promoção de uma economia social mais inteligente e mais verde, ou seja, uma economia baseada no conhecimento, onde a educação e a formação ao longo da vida assumem o papel primordial para capacitar e



11.

potenciar a base económica local; a capacitação das pessoas em sociedades inclusivas, fomentando a criatividade, a inovação, a cooperação e o empreendedorismo, como motor de desenvolvimento das comunidades locais; uma economia competitiva e mais verde, através da redução e otimização do consumo de recursos e energias não renováveis; e a adoção de processos alternativos que conduzam a uma mudança de paradigma, tornando assim mais competitivas as economias locais e, concomitantemente, preservando e valorizando os recursos naturais endógenos. O projeto assenta, assim, no pressuposto de que as freguesias e outras instituições de proximidade desempenham um papel crescente na concretização de grandes desígnios globais, como os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, Agenda 2030), trazendo-os para o quotidiano das pessoas e das organizações. Alinhado diretamente com os três eixos da Estratégia Nacional de Educação Ambiental (APA, 2017). - Descarbonizar a Sociedade, Tornar a Economia Circular e Valorizar o Território -, trata-se de um projeto elaborado pelas pessoas e para as pessoas, que visa conduzir a uma efetiva alteração de comportamentos orientada para a prossecução dos três pilares da política ambiental, bem como reconhecer o trabalho já efetuado ao nível local - num contexto de escassez de recursos humanos e financeiros -, em prol de territórios e comunidades mais sustentáveis (ODS 11). Em 2018/2019 são objetivos do Programa **Eco-Freguesias XXI**: Motivar os atores locais e em especial os dirigentes das Juntas de Freguesias para a importância do seu papel como agentes do desenvolvimento sustentável à escala local; Envolver as freguesias no apoio à implementação de programas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Reconhecer as iniciativas/práticas/políticas em desenvolvimento na freguesia em prol do ambiente/desenvolvimento sustentável; Possibilitar aos autarcas a utilização de uma “ferramenta” de

monitorização e apoio à decisão para a gestão da sua freguesia; Difundir o conceito de eco-freguesia; eco-bairro; eco-escolas e eco-família; Valorizar e incentivar os processos de cidadania participativa; Contribuir para a definição de estratégias que permitam a aplicação do princípio da subsidiariedade; Contribuir para a criação de comunidades mais sustentáveis envolvendo as freguesias na implementação de todos os ODS (Agenda 2030), particularmente o nº11; Contribuir para a elaboração de indicadores de sustentabilidade local. Neste contexto, e considerando a importância deste programa, foi proposto às Freguesias do Concelho que aderissem a este projeto, inscrevendo-se e participando no Prémio **Eco-Freguesia XXI**, da ABAE, disponibilizando-se o Município de Guimarães a comparticipar o valor da respetiva inscrição, como forma de incentivo. Atendendo à imprevisibilidade do número de freguesias interessadas, só após a inscrição foi possível calcular o valor final a atribuir, considerando ainda que os valores de inscrição variam em função do número de eleitores, sendo que já se tinham inscrito 21 freguesias de Guimarães, mas atendendo que o prazo foi alargado, inscreveram-se mais três freguesias de acordo com o quadro baixo a respetiva comparticipação na sua inscrição. -----

	Freguesia	Valor de inscrição
1	FERMENTÕES	400,00 €
1	PENCELO	200,00 €
2	UNIÃO DAS FREGUESIAS DE LEITÕES, OLEIROS E FIGUEIREDO	200,00 €
	<b>TOTAL</b>	<b>800,00 €</b>

Assim, nos termos da -ccc) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugada com a al. j) do n.º 1 do art.º 25.º, submete-se à consideração superior que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a atribuição deste apoio às Freguesias do Concelho que aderiram ao projeto **Eco-Freguesia XXI**, num total de 800,00€, nos termos e condições constantes da minuta do contrato de atribuição de subsídio em anexo (**Doc. 1**). Mais informo que, o



11

*[Handwritten signature]*

pagamento das inscrições das freguesias de Pencelo e da União de Freguesias de Leitões, Oleiros e Figueiredo será efetuado diretamente à ABAE e o pagamento da inscrição da freguesia de Fermentões será pago à freguesia, uma vez que a mesma já efetuou o pagamento à ABAE." A minuta do contrato de atribuição de subsídio dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --**

**URBANISMO – ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO RERAE – APROVAÇÃO FINAL** – Presente a seguinte proposta: "Serve a presente informação para finalizar o procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal no âmbito do procedimento RERAE e submeter à aprovação da Assembleia Municipal. Nos termos do artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que prevê a adequação e suspensão dos instrumentos de gestão territorial no âmbito do RERAE, o Município de Guimarães deliberou em 03/01/2019 dar início ao período de discussão pública inerente à alteração do Plano Diretor Municipal no âmbito do procedimento do Regime Extraordinário de Regularização de Atividades Económicas (RERAE). A discussão pública decorreu entre os dias 18 de fevereiro e 12 de março de 2019, não havendo qualquer participação registada sobre as propostas de alteração do PDM, no âmbito do RERAE. De acordo com o estipulado no nº 6, do artigo 89º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), com a redação atual dada pelo Decreto-Lei nº 80/2015, de 14 de maio, o Município de Guimarães deverá divulgar os resultados da Discussão Pública através da disponibilização do conteúdo de um Relatório de Ponderação, no seu sítio da internet (<https://www.cm-guimaraes.pt>). Síntese das Propostas de alteração ao PDM: No seguimento do disposto nas Conferências Decisórias, nos termos do artigo 11º, do Regime do RERAE, nas quais foram ponderados os

interesses previstos, propõem-se as seguintes alterações: **1) Carta de Ordenamento** - São propostas 10 alterações à Carta de Ordenamento através do reajustamento das áreas afetas aos estabelecimentos industriais, conforme delimitações em plantas anexas às respetivas conferências decisórias, as quais serão classificadas como solo urbano. -----

REQUERENTE	FREGUESIA	ÁREA (m²)	USO PROPOSTO (Carta de Ordenamento)
Tecelagem Jortêxteis, Lda.	UF de Leitões, Oleiros e Figueiredo	5 556,00	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas
Detalhes com mimo, Unipessoal, Lda.	Longos	6 036,00	Solo rural - Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal
Marinho e Macedo II – Confeções, Lda.	UF de Selho São Lourenço e Gominhões	3 544,72	Solo rural - Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal
Confeções Bugalhós, Lda.	UF de Candoso Santiago e Mascotelos	2 517,70	Solo urbano - Espaços residenciais
Pinto Brasil – fábrica de Máquinas Industriais, SA	Guardizela	16 770,00	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas
Empresa Industrial SAMPEDRO, SA	Lordelo	15 403,10	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas
CUPRUM – Comércio de Metais Não Ferrosos, Lda.	Gonça	5 000,00	Solo rural - Espaços de uso múltiplo agrícola e florestal
Só Cubos, Granitos Unipessoal, Lda.	UF de Airão Santa Maria, Airão São João e Vermil	1 997,60	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas, Estrutura Ecológica Municipal, nível III
BRITOMETAL - Simão & Irmãos, Lda.	Brito	343,00	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas
Fábrica de Tecidos do Carvalho	Lordelo	12 950,00	Solo Urbano - Espaços de atividades económicas, Estrutura Ecológica Municipal, nível III

**2) Carta de Condicionantes** - São propostas 9 alterações à Carta de Condicionantes, que consistem na redelimitação da respetiva servidão, na Reserva Agrícola Nacional e na Reserva Ecológica Nacional (ao abrigo do artigo 16º do RJREN), em conformidade com os pareceres da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte (DRAPN) e Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), constantes



nas respetivas Atas das Conferências Decisórias. As alterações da REN só são eficazes após a publicação em Diário da República, através de Aviso próprio a publicar por parte da CCDR-N. -----

REQUERENTE	FREGUESIA	ÁREA (m²)	Exclusões (Carta de Condicionantes)
Tecelagem Jortêxteis, Lda.	UF de Leitões, Oleiros e Figueiredo	-	Sem alterações
Detalhes com mimo, Unipessoal, Lda.	Longos	6 036,00	Reserva Agrícola Nacional
		4 638,00	Reserva Ecológica Nacional
Marinho e Macedo II – Confeções, Lda.	UF de Selho São Lourenço e Gominhães	3 544,72	Reserva Agrícola Nacional
Confeções Bugalhós, Lda.	UF de Candoso Santiago e Mascotelos	2 517,70	Reserva Agrícola Nacional
Pinto Brasil – fábrica de Máquinas Industriais, S.A.	Guardizela	16 770,00	Reserva Ecológica Nacional
Empresa Industrial SAMPEDRO, SA	Lordelo	15 403,10	Reserva Agrícola Nacional
CUPRUM – Comércio de Metais Não Ferrosos, Lda.	Gonça	4950,00	Reserva Ecológica Nacional
Só Cubos, Granitos Unipessoal, Lda.	UF de Airão São João, Airão Sta Maria e Vermil	1 997,60	Reserva Ecológica Nacional
BRITOMETAL - Simão & Irmãos, Lda.	Brito	343,00	Reserva Agrícola Nacional
Fábrica de Tecidos do Carvalho	Lordelo	12 950,00	Reserva Agrícola Nacional
		12 575,00	Reserva Ecológica Nacional

**3) Regulamento do Plano – Art.º nº 116 – Regularizações no âmbito do RERAE (DL nº 165/2014, de 5 de novembro com as alterações introduzidas pela Lei nº 21/2016, de 19 de julho) -** As operações urbanísticas que se enquadrem no regime extraordinário de regularização de atividades económicas e cujas atividades económicas tenham obtido decisão favorável ou favorável condicionada tomada em conferência decisória, podem ficar dispensadas do cumprimento, parcial ou integral, das prescrições do Plano, nos termos definidos nas atas das conferências decisórias. Nos termos dos nºs 2 e 4, do art.º 12º do RERAE, e por se considerar que as alterações propostas ao PDM não são suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, nos termos do nº 1, do artigo 4º, do Decreto-Lei nº 232/2007, de

15 de maio, é entendimento desta Câmara Municipal que o procedimento de alteração ao PDM proposto no descrito anterior não é objeto de avaliação ambiental. Face ao exposto, e tendo em conta o nº 2, do artigo 12º, do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro (RERAE), propõe-se a alteração do Plano Diretor Municipal - adequação ao RERAE, com base nos pressupostos da presente informação, bem como a sua aprovação por parte do executivo municipal, Reunião de Câmara, para posteriormente enviar à Assembleia Municipal para aprovação final.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. --**

**URBANISMO – PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL - MORGADIO DE PORTELA - AGRO PECUÁRIA TURISMO E REPRESENTAÇÕES, LDA** – Presente a seguinte proposta:

“Refere-se a presente informação ao ponto de situação do pedido de reconhecimento de interesse público para a reabilitação e alteração da Casa da Portela, um conjunto edificado do Séc. XVI. Objetiva-se que, parte do conjunto possa ser aberto ao público através da realização de eventos e prestação de serviços de turismo, e desta forma rentabilizar financeiramente o edificado, evitando a sua degradação arquitetónica. O conjunto rural - edificado e terrenos envolventes, situado à face da Rua da Circunvalação, encontra-se inserido em solo rural, sendo classificado como Espaços agrícolas/Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Estrutura Ecológica Municipal – nível II. No desenvolvimento processual foram emitidos pareceres pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (12.6.2017) pela Divisão de Desenvolvimento Económico (20.6.2018 e 9.8.2018) e pela Divisão de Turismo (6.8.2018) que deverão ser juntos em anexo. Igualmente, da consulta efetuada à Junta de Freguesia de Selho S. Jorge (12.3.2019), verifica-se não haver objeção à emissão da referida certidão, tendo em conta o facto de permitir uma maior diversidade turística e



11

m

económica, contribuindo para a criação de novos postos de trabalho. Caso se verifique a concordância superior, considera-se que em fases posteriores do processo de regularização/licenciamento, será necessária a garantia de respeitabilidade das características originais e patrimoniais do conjunto edificado preexistente. Não possuindo nesta fase elementos que nos permitam avaliar, com rigor, a proposta de intervenção, a mesma ficará sujeita à análise e avaliação em fases posteriores do processo. Considera-se igualmente que a proposta a desenvolver deverá incorporar um estudo de enquadramento paisagístico (que vise a requalificação da área em questão). Refere-se ainda, que se desconhece se a pretensão poderá vir a ser passível de licenciamento/legalização, uma vez que deverão ser atendidas questões de enquadramento urbanístico/paisagístico, salvaguarda de bens de interesse arquitetónico e patrimonial e demais matérias regulamentares a que o projeto estará sujeito. A proposta ficará igualmente condicionada aos pareceres das entidades envolvidas. À consideração superior.” As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**REGULAMENTOS – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO DE DIREITOS COMERCIAIS RELATIVOS À UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™** - Presente a seguinte proposta: “A atribuição a Portugal da responsabilidade pela organização do UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™ assume inegável interesse nacional, expressamente reconhecido pelo Primeiro-ministro de Portugal missiva remetida à Union des Associations Européennes de Football (UEFA) sob a epígrafe “Public Interest Engagement Letter”, não só pela importância do próprio evento desportivo, mas também pela possibilidade que representa de projeção externa da imagem do país. No âmbito dos compromissos assumidos

perante a UEFA, a cidade de Guimarães comprometeu-se a tomar as medidas necessárias para garantir, na sua área de intervenção territorial, a proteção dos direitos comerciais inerentes ao evento. A legislação em vigor em matéria de publicidade é ainda insuficiente para desmotivar a tendência, cada vez mais acentuada, de determinadas entidades que, por qualquer razão, não estão autorizadas a associar, direta ou indiretamente, a um determinado evento os seus produtos, marcas ou outros sinais distintivos de comércio, dele se possam aproveitar para, através de publicidade parasitária, obter a visibilidade e os benefícios promocionais dos patrocinadores oficiais, que suportam avultadas quantias para obter esse estatuto de exclusividade. A Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na sua atual redação, que regula a afixação e inscrição de mensagens de publicidade e propaganda, atribui às Câmaras Municipais a competência para definir os critérios de licenciamento aplicáveis nas áreas dos respetivos concelhos, de forma a salvaguardar o equilíbrio urbano e ambiental. Justifica-se, pois, a existência de um regulamento municipal, cujo objeto se contenha exclusivamente no âmbito da criação de condições para a referida proteção dos direitos comerciais relativos à UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™. Por outro lado, dispõe a citada Lei n.º 97/88 que os critérios a estabelecer no licenciamento da publicidade devem prosseguir determinados objetivos, destacando-se, pela sua importância, a necessidade de evitar que sejam causados prejuízos a terceiros. Finalmente, de forma a garantir o bom funcionamento do presente regulamento, torna-se ainda necessário proceder à criação de uma estrutura incumbida genericamente da coordenação, no âmbito da UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™, das ações ligadas à formação dos agentes envolvidos, direta ou indiretamente, no evento e repressão das condutas ilícitas em matéria de publicidade oculta ou enganadora, na qual estejam representados a



A.

jm

Câmara Municipal e a Federação Portuguesa de Futebol (FPF), enquanto entidade responsável pela organização em Portugal da fase final da UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™. A Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião de 14 de março de 2019, dar início ao procedimento tendente à aprovação do presente Regulamento, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA). No decurso do prazo estabelecido para o efeito nenhum interessado se apresentou no processo nem foram apresentados contributos para a elaboração do Regulamento, tendo, assim, sido dispensada a sua consulta pública, nos termos do que dispõe o art.º 101.º do CPA, uma vez que se entendeu que, não tendo comparecido nenhum interessado que devesse ser ouvido em audiência dos interessados, e não justificando a natureza da matéria regulada neste Regulamento uma consulta pública, porque não afeta de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, a situação não tinha enquadramento legal na obrigatoriedade prevista naquele art.º 101.º. Assim, no uso do poder regulamentar conferido às autarquias locais pelo artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e tendo em vista o estabelecido na alínea m) do n.º 2 do art.º 23.º do mesmo diploma legal, se elaborou o presente Regulamento, que agora se propõe que a Câmara Municipal aprove e proponha à aprovação da Assembleia Municipal de Guimarães, nos termos das al.s k) e ff) do n.º 1 do art.º 33.º do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, e para os efeitos constantes da al. g) do n.º 1 do art.º 25.º do mesmo diploma legal.” O Regulamento Municipal de Proteção de Direitos Comerciais relativos à UEFA NATIONS LEAGUE FINAL 2019™ dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR**

**UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**REGULAMENTOS – ALTERAÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DO MERCADO DE VENDA POR GROSSO DE FRUTAS E LEGUMES DE ALDÃO PARA CREIXOMIL – ALTERAÇÃO DO VALOR DAS TAXAS** – Presente a seguinte

informação: “O Município levou a feito um processo de transferência do Mercado de Venda por Grosso de Frutas e Legumes, que se encontrava instalado na Rua Nossa Senhora de Fátima em Aldão, junto ao Ecocentro e Canil, para o edifício da Cooperativa, em Creixomil, em consequência de uma solicitação antiga, por parte desses comerciantes, e do entendimento de que com esta alteração dinamizar-se-á a economia local, uma vez que se trata de um mercado de venda por grosso que irá satisfazer com maior proximidade as necessidades de reabastecimento dos pequenos comércios locais e estabelecimentos de restauração e bebidas. Pela utilização dos espaços deste mercado os comerciantes pagavam o valor constante dos art.º 59.º e 61.º da Tabela de Taxas e Outras Receitas, anexa ao Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas. No entanto, e considerando que o novo espaço tem, não só outras condições físicas, como implica para a autarquia a assunção de outras despesas que não tinha com o Mercado quando ele se encontrava instalado na freguesia de Aldão, será agora necessário fazer alterações ao valor das taxas cobradas até agora. Assim, o montante a fixar pela Câmara Municipal será determinado de acordo com os seguintes fatores: Tipo de estacionamento (coberto ou descoberto) – na envolvente do novo recinto existe parque descoberto privativo; Localização e acessibilidades – o novo recinto da feira situa-se no Centro da Cidade, junto ao Hospital, estando ainda no seguimento da principal entrada na Cidade de Guimarães, e com acessos renovados; Existem infraestruturas de conforto como: pavilhão fechado, instalações



L.

exposto, submete-se a aprovação a assunção de compromisso plurianual com a abertura de concurso público para o fornecimento de gasóleo rodoviário a granel – 1.440.000 litros, num valor estimado de €2.016.000,00, de acordo com a seguinte repartição: -----

ANO	PERÍODO	QUANTIDADE (l)	VALOR ESTIMADO (€)
2019	outubro a dezembro	120.000	168.000,00
2020	janeiro a dezembro	480.000	672.000,00
2021	janeiro a dezembro	480.000	672.000,00
2022	janeiro a dezembro	360.000	504.000,00
TOTAL		1.440.000	2.016.000,00

**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PATRIMÓNIO – CEDÊNCIA DE TERRENO EM REGIME DE COMODATO – UTILIZAÇÃO DE PONTO DE ÁGUA – DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS** – Presente a seguinte proposta: “Considerando que: - As estruturas de apoio à Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente a rede e pontos de água têm um papel crucial na eficácia do combate aos incêndios florestais; - Foi identificado pelos Bombeiros Voluntários uma deficiência na rede de pontos de água na zona de Rendufe onde se têm verificados ocorrências de incêndios florestais, uma vez que o mais próximo é o existente na Montanha da Penha; - O Município teve conhecimento da existência de um ponto de água em Rendufe, que com pequenas melhorias poderia colmatar esta deficiência; - Os proprietários do terreno onde existe o referido ponto de água manifestaram disponibilidade para cederem, a título gratuito, ao Município uma parte desse terreno para que sejam possíveis as intervenções necessárias à operacionalização do ponto de água; - O terreno a ceder tem a área de 2.000 m<sup>2</sup>, faz parte da matriz predial rústica inscrita sob o artigo 330º, da União das Freguesias de Atães e Rendufe, e encontra-se devidamente identificado em planta anexa. Assim,

em caso de concordância superior, deverá submeter-se à decisão do órgão executivo a celebração de um contrato de comodato com os proprietários do terreno acima identificado, nos termos da minuta em anexo.” A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. - RECURSOS HUMANOS – ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL - ASSISTENTES OPERACIONAIS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “No mapa de pessoal para 2019 encontram-se previstos um total de 35 postos de trabalho de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, para substituição de trabalhadores ausentes nos estabelecimentos de educação e ensino. Este número vem-se revelando insuficiente para fazer face a todas as carências de substituição naqueles estabelecimentos, o que leva à necessidade de dotar o mapa de pessoal de mais postos de trabalho com esta caracterização, de modo a serem devidamente asseguradas as funções de apoio educativo e de enquadramento e acompanhamento das crianças, bem como outras tarefas de apoio elementares indispensáveis ao funcionamento, manutenção e boa utilização das instalações. Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com a al. o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a **alteração do mapa de pessoal** em vigor para o ano de 2019, nos termos do quadro anexo. No pressuposto da aprovação, pela Assembleia Municipal, da presente proposta de alteração do mapa de pessoal, submete-se desde já a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho



L.

fr

em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a **autorização de recrutamento** para os 30 postos de trabalho de assistente operacional, em regime contrato de trabalho a termo resolutivo incerto, aditados ao mapa de pessoal. A correspondente despesa está prevista na revisão orçamental que simultaneamente se submete a aprovação.” O referido quadro dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**RECURSOS HUMANOS – AUTORIZAÇÃO DE RECRUTAMENTO** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da aprovação do mapa de pessoal para 2019 e do despacho n.º 2228/2019, publicado na 2ª série do Diário da República em 05/03/2019, que aprovou o mapa anual global de recrutamentos, submete-se a aprovação da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, a autorização de recrutamento para os postos de trabalho seguidamente identificados: - 1 Técnico superior, com licenciatura em Engenharia Civil, para o Departamento de Obras Municipais, a afetar à Divisão de Estudos e Projetos; - 1 Assistente Técnico – Topógrafo, para o Departamento de Obras Municipais/Divisão de Estudos e Projetos; - 1 Assistente Operacional – Eletricista, para o Departamento de Obras Municipais/Divisão de Gestão e Conservação; - 1 Coordenador Técnico dos Serviços de Metrologia, para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente/Divisão de Serviços Urbanos; - 1 Assistente Operacional – Tratador de animais, para o Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente/Divisão de Espaços Verdes, para afetação ao Centro de Recolha Oficial; - 1 Técnico Superior, com licenciatura na área do Turismo, para o Departamento de Cultura e

Turismo/Divisão de Turismo. A correspondente despesa está cabimentada através do cabimento n.º 324/2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – VIMÁGUA - EMPRESA DE ÁGUA E SANEAMENTO DE GUIMARÃES E VIZELA, EIM, SA, – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO TARIFÁRIO DE 2019** - Presente, para aprovação, uma proposta de alteração ao Tarifário da VIMÁGUA 2019, aprovada em reunião do Conselho de Administração e da Assembleia Geral da VIMÁGUA em reuniões, respetivamente, de 27 e 29 de março de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedido, uma vez que pertence aos órgãos sociais da entidade. A Vice-Presidente da Câmara assumiu a presidência da reunião na discussão e votação da proposta. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – CONTRATO PROGRAMA COM A TURIPENHA-COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL, AO ABRIGO DA LEI N.º 50/2012, DE 31 DE AGOSTO** – Presente a seguinte proposta: “1. **ENQUADRAMENTO PRÉVIO** – 1. Na motivação da criação da entidade Turipenha, Cooperativa de Turismo de Interesse Público, esteve a aposta de promover a construção de um equipamento de mobilidade, o Teleférico, que efetuasse a ligação entre a cidade de Guimarães e a “Montanha da Penha”, junto ao Santuário, com vista a facilitar o seu acesso, dinamizar o turismo e captar a visita de peregrinos. 2. Em resultado da aposta, então inovadora, no ano em que a Turipenha celebra 24 anos, este transporte por cabos, conta já o transporte de cerca de cinco milhões de pessoas. 3. Detentor de uma vista panorâmica única, é seguro dizer-se que a concretização daquela motivação transformou o teleférico de Guimarães num dos “cartões de visita” da cidade. 4. Em tempos em que à palavra



L.

“mobilidade” se juntam as maiores exigências relacionadas com a promoção de boas políticas ambientais, compete, por excelência, ao Município de Guimarães, recorrer aos equipamentos existentes, valorizando-os no objetivo último de concorrer para a redução do uso do automóvel. 5. Foi com este propósito que o Município de Guimarães anunciou recentemente a revisão do tarifário do Teleférico, concedendo aos utilizadores residentes em todo o Concelho de Guimarães, o benefício da sua utilização a preços sociais. 6. Desta sorte, os novos preços definidos, contribuirão, desejavelmente, para que as visitas à “Montanha da Penha” se façam sem o recurso a transportes individuais, garantindo a necessária facilidade de acesso, numa viagem de 1.646 metros, vencendo uma altitude de 366 metros em sete a oito minutos. 7. A racionalidade desta medida, no sentido de manter a exploração do teleférico de Guimarães autossustentável, obriga, naturalmente, que a prática dos preços definidos para aqueles utilizadores beneficiários, seja compensada pelo Município por via de indemnizações compensatórias, designadas por subsídios à exploração, que melhor se justificam no contrato programa que se pretende aprovar. 8. A par da responsabilidade pelo equipamento do Teleférico, a Turipenha tem vindo a ser responsável pela gestão do Parque de Campismo da Penha, que é um dos mais importantes equipamentos municipais de alojamento e um dos mais conhecidos parques de montanha de Portugal. 9. Da leitura dos índices de eficácia determinados pelo contrato programa atualmente em vigor, resulta claro que, a Turipenha, pelo *Know-How* detido nesta área específica de alojamento natural, promoveu o aumento do número de entradas e de dormidas. Considerando que, 10. Os municípios dispõem de atribuições, nos termos das alíneas a) e e) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, doravante **RJAL**, nos domínios que respeitam a equipamentos

urbanos e património. **11.** Pelas características singulares daquele equipamento, designadamente pela sua localização, a utilização do Teleférico em detrimento do uso de outros meios de mobilidade individuais, representa um instrumento essencial para a política de mobilidade e ambiental do Concelho de Guimarães. **12.** A aposta na captação pela manutenção de estadias dos visitantes, é passível de reverter proveitos aos mais variados setores da economia local. **13.** A Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL mantém no seu escopo social (de acordo com a alínea b) do artigo 3.º dos seus Estatutos) a responsabilidade de “[...] desenvolver outros equipamentos Turísticos que tenham interesse para a área do Município de Guimarães ou para a Região do Vale do Ave”. **14.** O que, no caso em concreto, conjugando o seu know-how e experiência na gestão dos equipamentos em concreto supra referidos, motiva que se integre na proposta que ora se irá submeter, a gestão do parque de campismo àquela Cooperativa, sobre a qual o Município detém 83,29% do seu capital social, exercendo, por força disso e do regime especial destas Cooperativas, vertido no **DECRETO**, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes das alíneas a) e b) n.º 1 do artigo 19.º. **15.** Com a entrada em vigor da segunda alteração à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto (que introduziu um novo regime jurídico para a atividade empresarial local, doravante a **LAEL**), conferida pela redação do artigo 2.º da Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, a regulação entre os Municípios e as Cooperativas a que se refere o n.º 3 do artigo 58.º da LAEL, passou a ser instrumentalizada através da celebração de contratos programa, de acordo com o vertido no seu artigo 47.º via contrato programa. **16.** Contratos esses que devem definir detalhadamente o fundamento da necessidade do estabelecimento da relação contratual, a finalidade desta, os montantes dos subsídios à exploração, assim como a eficácia e a eficiência que se pretende



11.

atingir com a mesma, concretizando um conjunto de indicadores ou referenciais que permitam medir a realização dos objetivos setoriais. **II. DA VIABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DA COOPERATIVA:** **17.** Com a introdução da redação conferida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, à **LAEL**, foi clarificado que a contagem do decurso dos três anos a que se referem as alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º, só se iniciava com o momento da entrada em vigor da Lei n.º 69/2015, momento em que a Lei n.º 50/2012 passou a aplicar-se às Cooperativas de Interesse Público em que em que as entidades públicas participantes possam exercer, de forma direta ou indireta, uma influência dominante em razão da verificação dos requisitos constantes do n.º 1 do artigo 19.º. **18.** A Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL não se encontra em nenhuma das situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 1 do artigo 62.º da **LAEL**, a cujo cumprimento se obriga por força do seu objeto social. **19.** A área relacionada com a prossecução de serviços públicos como a exploração do Teleférico e do desenvolvimento de um complexo turístico de alojamento, requer um *know-how* que a organização humana do Município não detém, em especial, equipas técnicas de reconhecido mérito e qualidade essenciais aos objetivos setoriais que se pretendem atingir. **20.** A atividade em causa é de interesse geral, nos termos da **LAEL**, e integra o âmbito das atribuições do Município, nos termos das alíneas a) e e) do já supra referido n.º 2 do artigo 23.º do **RJAL**, de reconhecida importância local. **21.** A transferência de subsídios à exploração pelo Município para a Cooperativa é fundamental para que esta possa praticar os preços que vão determinados no contrato que se pretende aprovar, dos vertidos no Regulamento de Taxas Municipais. A **LAEL** estipula a celebração de contratos-programa que titulam as transferências de verbas dos Municípios para as Cooperativas de Interesse Público como contrapartida das obrigações assumidas, aqui, pela já referida

adoção de preços sociais. **III – PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO DO CONTRATO-PROGRAMA COM A TURIPENHA-COOPERATIVA DE TURISMO DE INTERESSE PÚBLICO CRL:** 1. Assente nas razões anteriormente enunciadas, e nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 47º da LAEL, por remissão do n.º 2 do seu artigo 50.º, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Guimarães delibere aprovar a presente proposta, concretizada na celebração de um contrato-programa entre o Município de Guimarães e a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL. 2. Simultaneamente, aprovar a minuta do contrato-programa e seus anexos, a celebrar entre o Município de Guimarães e a Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL que, nos termos da alínea a) n.º 1 do artigo 48.º da LAEL, titula a transferência da promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida, sem prejuízo dos ajustamentos de redação que venham a ser tidos por necessários em função do projeto aprovado, e que já mereceu parecer prévio favorável do Revisor Oficial de Contas (que integra o Anexo III da minuta), nos termos previstos na alínea c), do nº 6 do artigo 25º do LAEL, bem como submeter tais documentos e seus anexos à apreciação e discussão da Assembleia Municipal de Guimarães, com vista à sua aprovação, nos termos do disposto no nº 5 do Artigo 47º da LAEL, por remissão do n.º 2 do seu artigo 50.º; Consequentemente, porque contido naquele contrato-programa: 3. Aprovar que o produto proveniente da sua atividade, que inclui as taxas devidas pela utilização do Parque de Campismo da Penha constitui receita da Turipenha-Cooperativa de Turismo de Interesse Público CRL; 4. Nos termos da al. b) do n.º 1 do artigo 18.º e do n.º 1 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, repristinado pela Resolução n.º 86/2011, de 11 de abril, autorizar a despesa do contrato-programa, condicionada à obtenção da autorização



11-

prévia da Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos, no valor de €61.860,00. 5. Por último, caso a presente proposta seja sancionada pelos competentes órgãos municipais, que fique desde já legitimado o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães a outorgar o aludido contrato-programa. Anexam-se: a referida minuta, e os cinco anexos que dele fazem parte integrante.” Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APOVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Os Vereadores Sofia Ferreira e António Monteiro de Castro não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade. -----

**PROTEÇÃO CIVIL – APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DA DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Guimarães (PMDFCI), por força do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, ficou sujeito a uma atualização, uma vez que aquele diploma impõe a obrigatoriedade dos PMDFCI serem necessariamente objeto de discussão pública. O Município de Guimarães diligenciou todos os trabalhos de modo a dar cumprimento aos procedimentos para a elaboração, aprovação, revisão e atualização do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em vigor, tendo submetido ao ICNF a proposta do novo PMDFCI para que esta entidade emitisse o respetivo parecer. O parecer vinculativo positivo do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, IP (ICNF) foi emitido em 21 de dezembro de 2018. Após a receção deste parecer procedeu-se à sua divulgação, mediante publicação de edital no Diário da República, 2.ª Série, o que veio a ocorrer através do Edital n.º 339/2019, de 12 de março. A

discussão pública teve início no dia seguinte ao da publicação do edital e decorreu até ao passado dia 2 de abril. Decorridos os 15 dias estipulados, não houve qualquer participação registada sobre a proposta de alteração do PMDFCI de Guimarães. Terminada a fase da discussão pública este relatório será enviado para a Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) para consolidação do Plano e a aprovação da câmara municipal, para posterior aprovação em assembleia municipal. De acordo com o n.º 9 do art.º 4.º do Despacho n.º 443-A/2018, de 9 de janeiro, do Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *“o relatório da consulta pública, (...), devem ser enviados a todas as entidades com assento na CMDf, devendo ser submetido à comissão municipal de defesa da floresta para consolidação do plano.”* Por seu lado o n.º 10 do mesmo artigo refere que *“os PMDFCI são aprovados pela assembleia municipal, por maioria simples, que deverá deliberar num prazo de 45 dias, devendo o período de planeamento ser ajustado, se necessário, por forma a estar consentâneo com o período de vigência do plano.”* Ainda o n.º 11 daquele normativo prevê que *“após a aprovação do PMDFCI, este é objeto de publicação no Diário da República e publicitado nos termos previstos no n.º 12 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação, devendo ser referido o período de vigência que corresponde aos cinco anos de planeamento.”* Assim, deve agora dar-se cumprimento ao disposto nas disposições legais atrás transcritas, promovendo-se as comunicações e aprovações ali referidas, para conclusão do respetivo processo e publicação final do teor do PMDFCI aprovado. Submete-se, assim, à consideração superior que o PDMFCI (informação geográfica, informação escrita e relatório de ponderação da discussão pública) seja submetido à Comissão Municipal de Defesa da Floresta, para consolidação do plano, e à Câmara Municipal para posterior envio à aprovação da Assembleia Municipal.” O



11.

*[Handwritten signature]*

Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Guimarães dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APOVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**PROTEÇÃO CIVIL – ATRIBUIÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “A Lei n.º 27/2006, de 3 julho, alterada pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e pela Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, aprova a Lei de Bases da Proteção Civil, que determina que “a proteção civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram”. Por outro lado, através da Lei n.º 65/2007 de 12 de novembro, diploma que define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, é conferida aos municípios a competência e a autoridade máxima local para a coordenação de operações da Proteção Civil, no âmbito concelhio, através do Serviço Municipal da Proteção Civil (SMPC), tendo um papel importante e primordial no que respeita à articulação com todos os agentes de Proteção Civil, à identificação e prevenção de riscos e a operacionalidade dos meios. A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães (AHBVG), veio solicitar o apoio da autarquia na aquisição urgente de uma nova autoescada, invocando, para o efeito, os seguintes motivos: que a autoescada da corporação de Guimarães, equipamento fundamental para garantir a prestação de socorro - em média regista-se uma ocorrência por semana - tem já 36 anos de serviço (ano de 1982), não permitindo, designadamente, a colocação da maca sobre a cesta

para o salvamento de pessoas; que se tem registado avarias sucessivas na autoescada, de difícil reparação uma vez que existem problemas com fornecimento de peças, limitando a sua operacionalidade, para além do respetivo custo de manutenção se tornar elevado; que, nos anos 2017 e 2018, regista-se um número elevado de saídas com médias anuais de serviço de 150 horas. Analisado o pedido formulado, e após reuniões realizadas com a respetiva direção, foi possível constatar que, efetivamente, a autoescada existente é obsoleta, não permitindo o acesso a uma zona de alto risco como é o Centro Histórico de Guimarães. De acordo com o Plano Municipal de Emergência de Guimarães, relativamente aos incêndios urbanos, um dos pontos mais suscetíveis do concelho, sendo mesmo um dos critérios possíveis para ativação do plano pelas suas características urbanas e elevada vulnerabilidade, é a zona do Centro Histórico de Guimarães, sendo, portanto, necessário dotar a AHBVG de meios eficazes para o combate a incêndios. Assim, para se tornar acessível e manobrável no Centro Histórico, será necessária a execução de uma autoescada com características especiais, previamente definidas, designadamente um chassi especial, com uma distância entre eixos inferior a 4190mm, com comprimentos máximos estabelecidos, raios de viragens adequados e uma altura de 32 metros, não sendo viável a aquisição de uma autoescada standard. Para a aquisição de uma autoescada com estas características, a AHBVG solicitou propostas aos fornecedores destes equipamentos, cujo valor se estima na ordem de €888.000,00+ IVA. Nesta conformidade, e considerando a urgente necessidade da aquisição deste equipamento por parte da AHBVG, submete-se à consideração superior que, ao abrigo da al. o) do art.º 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal aprove a atribuição, à AHBVG, de um apoio financeiro até ao valor máximo de €600.000,00. Este valor, que poderá ser reduzido caso



L.

fr

existam outros apoios para o efeito, nomeadamente provenientes de candidaturas a fundos nacionais ou europeus e donativos de particulares. Tal alteração será sempre articulada com a Direção da AHBVG. No caso de concordância, submete-se ainda à consideração superior que o valor da referida comparticipação seja pago em três prestações anuais iguais, no montante de €200.000,00, a primeira a pagar no ano de 2020, aquando da entrega do equipamento à AHBVG, e as restantes nos meses de janeiro dos anos de 2021 e 2022.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO ESCOLAS – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESCOLAS SECUNDÁRIAS DO CONCELHO** – Presente a seguinte proposta: “Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a sua qualidade de vida das populações e promovendo o exercício da cidadania informada, ativa e responsável; Considerando, que o Orçamento Participativo das Escolas deve ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos alunos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades de cada uma das comunidades escolares do concelho de Guimarães; A Câmara Municipal de Guimarães envolveu os agrupamentos escolares e as escolas secundárias numa ampla discussão sobre a metodologia e na implementação do Orçamento Participativo em contexto escolar. Partindo da experiência adquirida durante o processo, entende-se que uma maior envolvência da comunidade escolar de cada um dos

projetos que se pretende implementar é essencial para o sucesso da iniciativa. A adequação do calendário de implementação dos projetos ao calendário de atividades letivas, em conjunto com o envolvimento dos alunos, os principais promotores dos projetos, são elementos essenciais para uma participação cívica mais intensa. Assim face a estes fundamentos, propõe-se, ao abrigo da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal apoie os projetos mais votados em cada um dos agrupamentos, mediante a atribuição de uma verba no montante correspondente ao valor apresentado em cada uma das propostas vencedoras, a entregar a cada um dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias, conforme a seguir discriminado: -----

Escolas	Designação	Valor a transferir
<b>Escola Secundária Martins Sarmento</b>		
Escola Secundária Martins Sarmento	Aproveitamento de Águas Pluviais para sistema de rega ( Horta Vertical).	4 950,00 €
	Poupança LED (Light Emitting Diode).	1 500,00 €
	NASCER DE SABORES	1 150,00 €
	Instalação de Sistema de Rega gota a gota ( Horta Vertical).	4 900,00 €
Total		12 500,00 €
<b>Agrupamento de Escolas de Briteiros</b>		
Agrupamento de Escolas de Briteiros	Requalificação térmica, acústica e luminosa do espaço de convívio exterior dos alunos	3 154,00 €
Total		3 154,00 €
<b>Agrupamento de Escolas de Pevidém</b>		
Agrupamento de Escolas de Pevidém	Espaço do Ambiente e Solidariedade	10 745,25 €
Total		10 745,25 €
<b>Escola Secundária das Taipas</b>		
Escola Secundária das Taipas	Meloteca-Um espaço para todos! (Um espaço de inclusão)	2 497,40 €
	Laboratório da Aprendizagem	2 334,47 €
Total		4 831,87 €
<b>Agrupamento de Escolas Mário Cardoso</b>		
Escolas Prazins Santo Tirso / Ponte / Corvite / Cerca do Paço	Escola mais verde	6 000,00 €
Total		6 000,00 €

L.  
fu

Agrupamento de Escolas Santos Simões		
Escolas do 1.º CEB do Agrupamento	Poupança em Movimento de Energia e Água no Agrupamento: uma preocupação de todos!!	5 994,02 €
Escola Sede	Solidariedade - Projeto Gatil Simãozinho	2 000,00 €
Total		7 994,02 €
Agrupamento de Escolas João de Meira		
Escola Sede	Painel Anti Ruídos	6 740,00 €
EB s. Roque – Costa	Poupar Energia	2 894,55 €
Total		9 634,55 €
Agrupamento de Escolas de Abação		
Agrupamento de Escolas de Abação	Água quente de fonte limpa e amiga do ambiente	5 000,00 €
Total		5 000,00 €
Agrupamento de Escolas das Taipas		
EB da Charneca - Caldelas	Insonorização da cantina	3 382,50 €
	Secador de mãos	3 439,08 €
Total		6 821,58 €
Agrupamento de Escolas Abel Salazar		
EB de Ronfe	Respirar Verde	1 700,00 €
Escola Sede	"Ping-Ping" nunca mais	3 000,00 €
	Respeitar a Natureza	1 407,78 €
Total		6 107,78 €
Agrupamento de Escolas Fernando Távora		
EB Sra. da Conceição – Fermentões	Conforto é Alegria	11 737,89 €
Total		11 737,89 €
Total Global		84 526,94 €

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.**

**EDUCAÇÃO – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GIL VICENTE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Agrupamento de Escolas de Gil Vicente solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos professores, no dia 25 de maio, ao Porto. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da atividade Escapadela Literária e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 4 de abril de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo

uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – UNIVERSIDADE DO MINHO - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta. “A Universidade do Minho solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de uma comitiva, no dia 16 de maio, entre Braga e Guimarães. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do evento International Week e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado de 4 de abril de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES AO REGIME DA TARIFA SOCIAL PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA ESTABELECIDO PELO DECRETO-LEI N.º 147/2017, DE 5 DE DEZEMBRO** – Presente a seguinte proposta: “Através da Lei do Orçamento de Estado para 2017, o «Governo foi autorizado a legislar sobre o regime de atribuição de tarifas sociais para prestação dos serviços de águas, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais», pelo que foi necessário «criar o quadro legal de nível nacional (...) que salvaguarde a consagração de um conjunto mínimo de requisitos de acesso à tarifa social para a prestação dos serviços de águas aplicável em todos os municípios assegurando desta forma o acesso a todos os consumidores a



L.

mu

nível nacional.» Foi publicado a 5 de dezembro de 2017 o Decreto-Lei n.º 147/2017, em vigor a partir de 6 de março de 2018, que «estabelece o regime de atribuição de tarifa social para a prestação dos serviços de águas (tarifa social), a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais do fornecimento dos serviços de águas», abrangendo «os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais». Este diploma legal, no seu artigo 3.º, estabelece que «A adesão dos municípios ao regime de tarifa social é voluntária, mediante deliberação da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal» e estabelece ainda, no seu artigo 4.º, que «Compete ao município aderente o financiamento da respetiva tarifa social» e que, quando «a prestação de serviços de águas é assegurada por entidade distinta do município, o financiamento da tarifa social é suportado por cada município na exata medida da diferença que resultar do tarifário em vigor aplicável e o resultante da deliberação de adesão à tarifa social.». Define ainda, no artigo 5.º, que compete «ao município, na deliberação a que se refere o artigo 3.º, fixar o valor do desconto e ou a isenção e os eventuais limites máximos de consumo sobre os quais estes são aplicáveis». Nos termos do artigo 2.º «são elegíveis para beneficiar da tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de água que se encontrem numa situação de carência económica» considerando que «encontram-se em situação de carência económica as pessoas beneficiárias, nomeadamente, de: a) Complemento solidário para idosos; b) rendimento social de inserção; c) Subsídio social de desemprego; d) Abono de família; e) Pensão social de invalidez; f) Pensão social de velhice», sendo igualmente considerados «os clientes finais cujo agregado familiar tenha um rendimento anual igual ou inferior a €5.808,00, acrescido de 50% por cada elemento do agregado familiar que não aufera qualquer rendimento, até ao máximo de 10, ainda que não beneficiem de

qualquer prestação social.». A obrigatoriedade de apresentação de candidatura para obtenção deste tarifário especial tem como consequência imediata que uma percentagem de famílias ou pessoas em situação de vulnerabilidade, por desconhecimento ou outras limitações, não usufruam deste apoio. Esta limitação é ultrapassada a partir do momento em que um Município adere à Tarifa Social da Água, pois este desconto passa a ser aplicado de forma automática na fatura da água das famílias beneficiárias, através do cruzamento de dados com a Segurança Social. Neste novo regime de tarifa social, e com vista a facilitar o acesso dos agregados familiares em situação de carência económica, a respetiva atribuição far-se-á, em regra, de forma automática devendo, para o efeito, o Município solicitar informação sobre a elegibilidade dos potenciais beneficiários à DGAL que, por sua vez, consulta os serviços competentes da Segurança Social e da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Para podermos aferir o impacto real da adesão do Município a esta medida, submetemos no Portal da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) uma base de dados facultada pela Vimágua para sabermos, em concreto, o número de agregados familiares com residência no nosso concelho que reúnem as condições de elegibilidade previstas no referido artigo 2.º. Foi entretanto submetida a Reunião de Câmara de 15 de novembro de 2018 a adesão do Município de Guimarães à Tarifa Social da Água, fazendo-se alusão às 150 pessoas que solicitavam, nessa altura, à Vimágua, este tarifário social. Ficou também a referência ao facto de, e para podermos aferir o impacto real da adesão deste Município a esta medida, termos introduzido no Portal da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) uma base de dados facultada pela Vimágua para sabermos, em concreto, o número de agregados familiares com residência no nosso concelho que passam a usufruir de forma automática deste desconto, ficando igualmente salvaguardada a



11.

*fm*

necessidade de reforço posterior do cabimento então efetuado. A ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos emitiu a Recomendação ERSAR n.º 2/2018, que atualiza e substitui a Recomendação IRAR n.º 01/2019 em matéria de tarifários sociais aplicáveis aos utilizadores domésticos, na qual recomenda que «seja definido um limite máximo de consumo sobre o qual irá incidir o desconto ou a isenção da tarifa variável, por forma a induzir a comportamentos ambientalmente sustentáveis e desincentivar o desperdício de um bem escasso e essencial como a água». Pretendendo o Município, como já o vem fazendo com outras medidas sociais, apoiar os munícipes em situação de vulnerabilidade no pagamento do serviço público essencial de abastecimento de água, considerando os critérios definidos no Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro, alargando o apoio a todos os agregados familiares identificados na consulta aos serviços de Segurança Social e AT de forma automática e tendo por pressuposto a satisfação das necessidades básicas de uma família, propõe-se, para efeitos do n.º 4, do artigo 5.º, a isenção dos primeiros 5 m<sup>3</sup> de água consumida pelas famílias beneficiárias, o que equivale a um apoio mensal de €2,59 (dois euros e cinquenta e nove cêntimos) para os 10.219 potenciais beneficiários entretanto identificados pela DGAL. Competindo à Vimágua, em regime de gestão delegada, a prestação dos serviços públicos de abastecimento de águas, respetiva faturação e cobrança e sendo o financiamento da tarifa social suportado pelo município na exata medida da diferença que resultar do tarifário aplicável aos consumos reais e o resultante da deliberação da adesão à tarifa social, permitindo assim colmatar a diferença de proveitos com origem na atribuição de tarifários especiais, será estabelecido um protocolo entre o Município e a VIMÁGUA que regulará os prazos e as condições da transferência do valor do subsídio para esta última, bem como as obrigações de divulgação da informação aos

beneficiários sobre os descontos concedidos, nos termos da minuta que se anexa para aprovação. Com base no exposto, venho submeter à aprovação do executivo e posteriormente à Assembleia, em complemento à proposta aprovada na reunião de Câmara de 15 de novembro de 2018 (e ainda não deliberada pela Assembleia), e tal como previsto nessa proposta, a aplicação do Tarifário Social da Água aos 10.219 beneficiários, nos termos em cima definidos, ou seja, mediante a isenção dos primeiros 5 m<sup>3</sup> de água consumida pelas famílias beneficiárias. Este apoio corresponde, de acordo com o tarifário do serviço público de abastecimento de água em vigor, a um montante mensal no valor de €26.479,17 (vinte e seis mil quatrocentos e setenta e nove euros e dezassete cêntimos). Assumindo-se um eventual início da aplicação deste tarifário em maio de 2019, e acrescentando-se a possibilidade de referenciar de forma pontual agregados familiares que, durante este período, apresentem requerimento para atribuição da tarifa social à câmara municipal, anexando os documentos comprovativos da sua elegibilidade (conforme previsto no ponto 7 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 147/2017) **estimamos um encargo relativo a 2019 de cerca de €230.000,00 (duzentos e trinta mil euros).**” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Em 6 março de 2018 entrou em vigor o decreto-lei 147/2017 que estabelece O Regime de Tarifa Social para Prestação do Serviço de Água a atribuir pelo município; 1. Tal como prevê o decreto, a adesão dos municípios ao regime de tarifa social é voluntária mediante deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal; 2. Nos termos do art.º 2º são elegíveis para beneficiar da



11.

tarifa social as pessoas singulares com contrato de fornecimento de água que se encontrem numa situação de carência económica; 3. Consideram-se em situações de carência económica as pessoas beneficiárias de: a) Complemento solidário para Idosos; b) Rendimento Social de inserção; c) Subsídio social de desemprego; d) Abono de família; e) Pensão social de invalidez; f) Pensão social de velhice; g) Os agregados familiares que tenham um rendimento anual inferior 5808€ acrescidos de 50% por cada elemento do agregado que não aufera qualquer rendimento. 4. Como para obtenção deste tarifário é obrigatória a apresentação de candidatura, muitas das famílias em situação de carência económica, por desconhecimento não usufruiriam deste benefício, situação que criaria, naturalmente falta de equidade; 5. Situação ultrapassada já que o diploma prevê que, a partir do momento que o município adere ao regime de Tarifa Social de água, o desconto será efetuado de forma automática na fatura de água através do cruzamento de dados com a Segurança Social; 6. Para esse efeito o município consulta a *Direção Geral das Autarquias (DGAL)* sobre elegibilidade dos potenciais beneficiários, entidade que por sua vez consulta a *Segurança Social e Autoridade Tributária Aduaneira*; 7. Na simulação já efetuada pelo município junto DGAL, sobre o número de agregados familiares consumidores residentes no concelho e que reúnem as condições de elegibilidade, conta-se um número de 10.219, coisa bem diferente dos 150 referidos aquando da aprovação da adesão ao *regime de tarifa social* em 15/11/2018, correspondente às pessoas que haviam solicitado a VIMÁGUA esse tarifário social; 8. Situação que, para aquilo que o Município se comprometeu, pagar os primeiros 5 m3 de consumo aos beneficiários, significará um esforço orçamental anual de  $10.219 \times 2,59 \times 12 = 316.606,52\text{€}$ ; 9. Ora, a questão que se coloca, é exatamente a seguinte: a) Se atribuição do tarifário social não fosse automática, e desta forma, em vez dos referidos

10.219 beneficiários obtidos na simulação, teríamos apenas os 150 que haviam solicitado tal tarifa de água e, naturalmente, alguns outros que fossem tomando conhecimento da situação; b) Ou seja, estava gerada uma situação da falta de equidade no tratamento dos nossos munícipes em situação de carência económica; c) Os mais atentos ou com amigos informados beneficiavam; d) Os mais humildes, e sem contactos privilegiados, não beneficiavam. 10. Esta situação, de falta de equidade, tal como aqui já referi algumas vezes, existe quando aprovamos subsídios para obras ou fornecimento de eletrodomésticos ao abrigo do *Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade* como acontece hoje no ponto 33; 11. É certo que o Município não poderá acorrer a todos os casos de, apoio a obras ou a atribuição de electrodomésticos, a pessoas em situação de *Situação de Vulnerabilidade*, mas o que me parece é que deveria haver um levantamento geral das situações existentes, seguido de uma hierarquização de todas elas pelos Serviços Sociais do Município de modo que assim se definisse a ordem da atribuição desses subsídios. 12. Esta seria, a meu ver, a forma de assegurar a equidade na atribuição dos subsídios. Iremos, como não poderia deixar de ser, votar a favor da presente proposta.” -----

**AÇÃO SOCIAL - CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA – PROPOSTA DE ALOJAMENTO – OCUPAÇÃO DE DUAS HABITAÇÕES EM ALOJAMENTO CONVENCIONAL E DUAS VAGAS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de duas habitações em alojamento convencional e duas vagas em residência partilhada, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 28 de março de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta



11.

anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO – MARÇO DE 2019** - Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS PARA AQUISIÇÃO DE DOIS ELETRODOMÉSTICOS** – Presente a seguinte informação: “Foram rececionadas na Divisão de Ação Social duas candidaturas para apoio na aquisição de dois eletrodomésticos: um esquentador ventilado e uma máquina de lavar roupa. Após análise das mesmas e subsequentes estudos efetuados pelos nossos serviços, apresentam-se de seguida os dados da caracterização socioeconómica dos agregados familiares, bem como o valor respetivo da comparticipação a atribuir: -----

Nº Processo	Freguesia	Rendimento p/ capita	Subsídio a atribuir
243890753/19	Atães	€126,56	€425,75
195675606/19	S. Torcato	R. D. Negativo	€199,99

Assim, submete-se para aprovação, ao abrigo da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, que se enquadra no consignado na alínea v) do artigo 33.º

da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a concessão destes subsídios aos requerentes, num valor total de **€625,74** (seiscentos e vinte e cinco euros e setenta e quatro cêntimos).” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -

**AÇÃO SOCIAL – A CASTREJA – COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL, CRL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A CASTREJA – Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos, nos dias 16 e 30 de abril, a Sanxenxo, e 14 e 21 de maio a Caminha, no âmbito do projeto Gerações em Movimento. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 29 de março de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL - SUBSÍDIO A ATRIBUIR À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA** – Presente a seguinte proposta: “A Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira apresentou à Câmara Municipal um pedido para apoio a obras de restauro e consolidação do muro que separa os terrenos da Colegiada, da Casa da Criança, intervenção que se assume como muito urgente por estar em causa a segurança das pessoas que frequentam estes espaços. Esta instituição cede as suas instalações ao Centro Pastoral D. António Bento Martins Júnior que, por sua vez, desenvolve um trabalho relevante, direcionado para crianças e jovens, nas valências de pré-escolar e Centro de Atividades de Tempos Livres, num total de aproximadamente 85 utentes, e que se tem distinguido



11.

*[Handwritten signature]*

pela qualidade da sua atuação. A Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Oliveira apresenta os requisitos expressos no artigo 6º do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social (n.º 607/2010 de 15 de julho) e, em reconhecimento do interesse deste serviço para a comunidade, submete-se para aprovação a presente proposta de atribuição de um subsídio ao abrigo do n.º 6º do artigo 9.º do Regulamento em cima referido, no valor de €5.100,00 euros (cinco mil e cem euros). À consideração superior.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CRUZ VERMELHA PORTUGUESA (DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES) - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Cruz Vermelha Portuguesa (Delegação de Guimarães) solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte de colaboradores e voluntários no dia 12 de maio, a Braga. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito do 2º Encontro Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 4 de abril de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo e de trabalho extraordinário ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL RECREATIVO E CULTURAL DE CAMPELOS - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social Recreativo e Cultural de Campelos solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos utentes, no dia 22 de maio, a Fátima. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 4 de abril de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de ajudas de custo ao motorista.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL – PROMOÇÃO E QUALIDADE DE VIDA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “Foi solicitada pelo “Projeto de Intervenção Local – Promoção e Qualidade de Vida” a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças, no dia 27 de março, ao Pavilhão Multiusos de Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 4 de março de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE POLVOREIRA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social da Paróquia de Polvoreira solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte das crianças, no dia 27 de março, à Universidade do Minho. Assim, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e por não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 29 março de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição



L. 1. r

fu

deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "O Grupo Encontro de Saberes solicitou, a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos idosos no dia 24 de abril, a Guimarães. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 04 de abril de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – PAÇO DOS DUQUES DE BRAGANÇA - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "O Paço dos Duques solicitou a colaboração do município através da cedência de uma viatura, para efetuar o transporte de peças no dia 1 de abril, a Lisboa. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da publicação do livro "Vestir a mesa" e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização das viaturas em causa, por despacho datado 25 de março de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado, bem como o pagamento de trabalho extraordinário e ajudas de custo ao motorista." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**Pelas 12:20 horas ausentou-se o Vereador Hugo Ribeiro.** -----

**RELATÓRIO E CONTAS – RELATÓRIO E CONTAS DE 2018** – Presente o Relatório e Contas da Câmara Municipal relativo ao ano de 2018, que se dá

aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.  
**DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS - REVISÃO ORÇAMENTAL** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência das informações em anexo, torna-se necessário proceder a uma revisão orçamental nos seguintes termos:  
**RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE RECEITA** - Inscrição/reforço/anulação no valor total de €15.650.125,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Saldo da gerência anterior – Saldo orçamental - Na posse do serviço	16.01.01	15 117 394,00
Rendimentos de propriedade - Rendas - Habitações	05.10.03	20,00
Rendimentos de propriedade - Rendas - Edifícios	05.10.04	50 000,00
Rendimentos de propriedade - Rendas - Bens de domínio público	05.10.05	5 500,00
Rendimentos de propriedade - Rendas - Outros	05.10.99	-55 520,00
Transferências correntes - Administração Local - Continente - Associação de Municípios	06.05.01.04	5,00
Transferências correntes - Administração Central - Serviços e Fundos Autónomos	06.03.07	532 726,00

**RUBRICAS ORÇAMENTAIS DE DESPESA** - Reforço/inscrição no valor total de €15.650.125,00 das seguintes rubricas orçamentais: -----

Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0103-01010402	450,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	02-01010401	2 000,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	02-01010402	20 800,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de férias / Natal - quadro	02-01011401	155,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - Caixa geral de aposentações	02-0103050201	7 400,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a	02-0103050202	500,00



11.  
fr

Designação	Rubrica	Valor
segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral		
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0104-01010402	260,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	03-01010401	22 000,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	03-01010402	40 000,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	03-0103050201	10 500,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	03-0103050202	6 500,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	04-01010401	3 000,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	04-01010402	38 600,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de férias / Natal - quadro	04-01011401	315,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	04-0103050201	9 000,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	04-0103050202	1 200,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	05-01010401	70 000,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	05-01010402	80 500,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	05-0103050201	39 000,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	05-0103050202	10 000,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho -	06-01010401	500,00

Designação	Rubrica	Valor
peçoal em funções		
Despesas com o peçoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do peçoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	06-0103050201	4 000,00
Despesas com o peçoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do peçoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	06-0103050202	100,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - peçoal em funções	07-01010401	250 000,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	07-01010402	80 000,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - recrutamento de peçoal para novos postos de trabalho	07-01010404	3 700,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal contratado a termo - recrutamento de peçoal para novos postos de trabalho	07-01010604	152 500,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de refeição - outra situação	07-01011302	23 000,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de férias / Natal - quadro	07-01011401	1 240,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de férias / Natal - outra situação	07-01011402	19 060,00
Despesas com o peçoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do peçoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	07-0103050201	38 000,00
Despesas com o peçoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do peçoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	07-0103050202	96 000,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - peçoal em funções	09-01010401	1 900,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	09-01010402	34 000,00
Despesas com o peçoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do peçoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	09-0103050201	200,00
Despesas com o peçoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do peçoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - segurança social - regime geral	09-0103050202	300,00
Despesas com o peçoal - remunerações certas e permanentes - peçoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - peçoal em funções	11-01010401	1 700,00



11.

*pu*

Designação	Rubrica	Valor
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	11-01010402	38 000,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	11-0103050201	500,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de férias / Natal - quadro	11-01011401	315,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - pessoal em funções	12-01010401	500,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - pessoal dos quadros - regime de contrato individual de trabalho - alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	12-01010402	12 000,00
Despesas com o pessoal - remunerações certas e permanentes - subsídio de férias / Natal - quadro	12-01011401	155,00
Despesas com o pessoal - Segurança Social - contribuições para a segurança social - segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP) - caixa geral de aposentações	12-0103050201	150,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - Outros trabalhos especializados	12-020220	30 000,00
Aquisição de soluções de inteligência urbana Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano Plurianual de Investimentos 4.3.12 02-070107	15 000,00
Aquisição de soluções de inteligência urbana Aquisição de bens de capital - investimentos - software informático	Plano Plurianual de Investimentos 4.3.12 02-070108	45 000,00
Aquisição de soluções de inteligência urbana Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 4.3.12 02-070115	5 000,00
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - comunicações	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020209	2 000,00
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020210	1 000,00
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - estudos, pareceres, projetos e consultadoria	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020214	25 000,00
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - seminários, exposições e similares	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020216	20 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - publicidade	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020217	5 000,00
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - Outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020220	20 000,00
Sistemas Inteligentes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 4.3.13 02-020225	10 000,00
Transferências para a Comunidade Intermunicipal do AVE Transferências capitais - Administração local - Continente - Associação de Municípios	Plano de Atividades Municipais 4.2.2.19 0103-08050104	298 920,00
Transferências para a Comunidade Intermunicipal do AVE Transferências correntes - Administração local - Continente - Associação de Municípios	Plano de Atividades Municipais 4.2.2.19 0103-04050104	3 610,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de escritório	11-020108	10 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de cobrança de receitas	0103-020224	248.637,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - restituições	0103-06020301	250 000,00
Outras despesas correntes - diversas - outras - IVA pago	02-06020302	232 704,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - prémios, condecorações e ofertas	11-020115	10 000,00
Guimarães Marca Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - locação de outros bens	Plano de Atividades Municipais 3.5.27 11-020208	5 000,00
Guimarães Marca Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - estudos, pareceres, projetos e consultadoria	Plano de Atividades Municipais 3.5.27 11-020214	25 000,00
Guimarães Marca Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - seminários, exposições e similares	Plano de Atividades Municipais 3.5.27 11-020216	40 000,00
Guimarães Marca Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - Outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 3.5.27 11-020220	25 000,00
Guimarães Marca	Plano de Atividades Municipais	25 000,00



Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	3.5.27 11-020225	
Incubadoras Municipais Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 3.5.28 11-020225	25 000,00
Incentivo à instalação de indústrias inovadoras: Protocolos CMG /AVEPARK/EMPRESAS/FINICIA Outras despesas correntes - diversas - outras - outras	Plano de Atividades Municipais 3.2.1.06 0103-06020305	30 000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11-070101	699 000,00
Aquisição de Terrenos Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - terrenos e recursos naturais	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.04 11-070301	615 000,00
Outras Aquisição de Edifícios Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.20 11-07010307	564 200,00
Obras de Raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.0301 07-080701	50 000,00
Apoio às associações Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3201 07-040701	50 000,00
Berço Urban Race Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3320 07-020225	15 000,00
Meia Maratona de Guimarães Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3307 07-020225	40 000,00
Taça do mundo de ginástica artística Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.3321 07-020225	50 000,00
Requalificação e beneficiação de Pavilhões Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.12 03-07010302	10 000,00
Planos de emergência para instalações	Plano Plurianual	5 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	de Investimentos 2.5.2.28 07-070113	
Requalificação da pista de atletismo Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.39 03-07010406	50 000,00
Pista de patinagem Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.53 03-07010302	10 000,00
Manutenção e conservação dos parques infantis em espaços públicos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - conservação de bens	Plano de Atividades Municipais 2.5.2.52 07-020203	20 000,00
Parque de lazer da Quinta de Ardão – Silvares Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - parques e jardins	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.22 03-07030305	28 000,00
Academia de Ginástica Desportiva Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.38 03-07010302	10 000,00
Pavilhão Gimnodesportivo da EB2,3 João de Meira Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.44 03-07010305	20 000,00
Multiusos Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.48 03-07010302	20 000,00
Complexo de piscinas Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.47 03-07010302	10 000,00
Centro Municipal de BTT Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.49 03-07010406	5 000,00
Equipamentos de animação nos parques de lazer Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.24 07-07011002	35 000,00
Equipamento desportivo para as escolas Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.01 07-07011002	20 000,00
Refeitórios escolares de jardins de infância e 1º CEB Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens- alimentação	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.56	219 000,00



Designação	Rubrica	Valor
refeições confeccionadas	07-020105	
Transportes escolares Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços- transportes	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.57 07-020210	42 900,00
Material Didático Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de educação, cultura e recreio	Plano de Atividades Municipais 2.1.1.2.59 07-020120	12 000,00
Atividades de animação e apoio à família Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.59 07-020220	105 000,00
Projetos educativos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.1.1.2.5801 07-020220	50 000,00
Auxílios económicos diretos aos alunos do 1º CEB Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de educação, cultura e recreio	Plano de Atividades Municipais 2.1.2.6001 07-020120	171 000,00
Parques infantis para jardins de infância Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.1.03 07-07011002	20 000,00
Renovação e apetrechamento de jardins de infância Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.1.01 07-07011002	3 000,00
Mobiliário, equipamento e material didático Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.01 07-07011002	60 000,00
Mobiliário, equipamento e material didático Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.3.07 07-07011002	50 000,00
Aquisição de material didático e equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.4.01 07-07011002	2 000,00
Espaços culturais das Freguesias Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.43 07-07011002	10 000,00
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de	Plano Plurianual de Investimentos	114 435,00

Designação	Rubrica	Valor
informática	1.1.1.06 02-070107	
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - software informático	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02-070108	101 785,00
Material informático para as escolas Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.04 02-070107	30 750,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros bens	02-020121	9 225,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - conservação de bens	02-020203	9 225,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - locação de outros bens	02-020208	30 750,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	02-020220	9 225,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	02-020225	27 680,00
Protocolos para a descentralização de competências Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.12 03-08050102	873 372,00
Atribuição de subsídios às Freguesias Transferências de capital - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 4.2.3.13 03-08050102	486 376,00
Edifícios Municipais Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.19 03-07010307	400 000,00
Conservação de edifícios escolares Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.02 03-07010305	200 000,00
Requalificação da EB1 de Vermis - Moreira de Cónegos Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.66 03-07010305	100 000,00
Requalificação da EB1 Casais Brito Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.74 03-07010305	250 000,00
Requalificação da EB1 do Salgueiral Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.2.76 03-07010305	45 000,00
Conservação de edifícios escolares Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.1.3.05 03-07010305	50 000,00
Biblioteca da EB2,3 João de Meira	Plano Plurianual	50 000,00



L.

Designação	Rubrica	Valor
Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - escolas	de Investimentos 2.1.1.3.06 03-07010305	
Escola Hotel / IPCA Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.11 03-07010307	100 000,00
Antiga escola Sta. Luzia - Alojamento para estudantes Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.13 03-07010307	50 000,00
Obras a realizar pela câmara em substituição dos proprietários Aquisição de bens de capital - investimentos - habitações - reparação e beneficiação	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.1.04 03-07010203	35 000,00
Requalificação do edifício do parque da cidade Aquisição de bens de capital - investimentos - habitações - reparação e beneficiação	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.1.09 03-07010203	52 000,00
Elaboração de estudos e projetos - outros Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.0604 03-070113	100 000,00
Túnel sob Av. D. Afonso Henriques Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.09 03-07030301	50 000,00
Requalificação Avenida da República/ Espaço central das Taipas - 1.ª fase Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.2.22 03-07030301	100 000,00
Requalificação e beneficiação de Pavilhões Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.2.12 03-07010302	20 000,00
Grandes Reparções em vias municipais Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.03 03-07030301	400 000,00
Conservação e obras imprevistas na zona urbana Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.01 03-07030301	250 000,00
Conservação e obras imprevistas na zona rural Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viação rural	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.02 03-07030308	400 000,00
Rua Arqueólogo Mário Cardoso Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.40 03-07030301	25 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Rua da Caldeiroa e adjacentes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.42 03-07030301	25 000,00
Rua D. João I e adjacentes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.43 03-07030301	200 000,00
Rua das Lameiras e adjacentes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.44 03-07030301	50 000,00
Beneficiação e recuperação de pontes Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.12 03-07030301	25 000,00
Requalificação da rua 24 de Junho-Aldão - Atões / ponte sobre o rio Selho e nova rotunda na EN 207-4 em Selho S. Lourenço para Penselo Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.56 03-07030301	200 000,00
Via dedicada ao Avepark/Caldas das Taipas Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.67 03-07030301	50 000,00
Requalificação do tardoz do Centro Comercial Vila Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.82 03-07030301	100 000,00
Ligação da rotunda do reboto à rotunda de Mouril Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.83 03-07030301	50 000,00
Reperfilamento da EM 582 (Rua Eng.º Duarte Amaral/Penselo) Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.84 03-07030301	50 000,00
Variante de acesso à igreja de Pinheiro pela EM 580 Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.86 03-07030301	25 000,00
Parque Industrial da Gandra - Barco Aquisição de bens de capital - bens de domínio público - outras construções e infraestruturas - viadutos, arruamentos e obras complementares	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.1.87 03-07030301	25 000,00
Parque de Campismo da Penha Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - instalações desportivas e recreativas	Plano Plurianual de Investimentos 3.4.2.01 03-07010406	50 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - ferramentas e utensílios	05-020117	15 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - limpeza e	05-020104	15 000,00



11.

pr

Designação	Rubrica	Valor
higiene		
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - produtos químicos e farmacêuticos	05-020109	25 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - produtos vendidos nas farmácias	05-020110	5 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - material de consumo clínico	05-020111	3 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - encargos de instalações	05-020201	280 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - vigilância e segurança	05-020218	45 000,00
Aquisição de viaturas Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transporte - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.01 0103-07010602	200 000,00
Conservação de parques e jardins Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.03 05-07011002	10 000,00
Manutenção e conservação de fontes Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.02 05-07011002	20 000,00
Maquinaria e equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.04 05-07011002	75 000,00
Arborização Aquisição de bens de capital - investimentos - terrenos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.09 05-070101	50 000,00
Reflorestação da Montanha da Penha Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 2.4.6.35 05-070113	20 000,00
Sinalização de trânsito e equipamentos de segurança rodoviária Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.01 05-07011002	100 000,00
Grandes reparações (manutenção de equipamentos e parque automóvel) Aquisição de bens de capital - investimentos - material de transporte - outro	Plano Plurianual de Investimentos 3.3.1.2.04 05-07010602	100 000,00
Apoio a projetos de I&D para o ambiente e desenvolvimento sustentável Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.3107 05-020220	120 000,00
Brigadas Verdes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.34	50 000,00

Designação	Rubrica	Valor
	05-020225	
Incubadora de base rural Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.4.6.32 05-020220	70 000,00
Serviço de Proteção Civil Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - limpeza e higiene	Plano de Atividades Municipais 1.2.1.11 16-020202	50 000,00
Prevenção de fogos florestais Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - limpeza e higiene	Plano de Atividades Municipais 1.2.1.04 16-020202	75 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - combustíveis e lubrificantes - outros	16-02010299	1 000,00
Outras despesas correntes - diversas – impostos e taxas - impostos e taxas pagos pela autarquia - D.C.- outras	16-0602010199	100,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - conservação de bens	16-020203	100,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - Outros trabalhos especializados	16-020220	50 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	16-020225	1 500,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - ferramentas e utensílios	16-020117	1 000,00
Serviço de Proteção Civil Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.01 16-07011002	4 000,00
Serviço de Proteção Civil Aquisição de bens de capital - investimentos - construções diversas - outros	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.01 16-07010413	100,00
Serviço de Proteção Civil Aquisição de bens de capital - investimentos - investimentos incorpóreos	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.01 16-070113	1 000,00
Equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento administrativo	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.03 16-070109	500,00
Equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.03 16-070115	500,00
Equipamento Aquisição de bens de capital - investimentos - ferramentas e utensílios	Plano Plurianual de Investimentos 1.2.1.03 16-070111	1 000,00



1.

fu

Designação	Rubrica	Valor
Cinema em noites de verão Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1601 09-040701	12 750,00
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1610 09-040701	100 000,00
Subsídios no âmbito do RMECARH Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1610 09-080701	25 000,00
Programação cultural de Verão Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1909 09-020225	260 000,00
Excentricidade Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1915 09-020225	44 000,00
Programação cultural da Páscoa Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1902 09-020225	10 000,00
Programação cultural de Natal / Passagem de Ano Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1922 09-020225	172 200,00
Edições Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1920 09-020220	5 000,00
Música erudita Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1926 09-020225	87 650,00
Bienal de ilustração de Guimarães Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1925 09-020225	23 700,00

Designação	Rubrica	Valor
Comemorações do 25 de abril Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - publicidade	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1903 09-020217	23 000,00
Comemorações do 24 de junho Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1904 09-020225	20 000,00
Apoio logístico às atividades Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.141 09-020225	17 500,00
Ações de comunicação Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1917 09-020220	62 000,00
Feira Afonsina Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1928 09-020225	160 000,00
Restauro de documentos Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1712 09-020220	10 000,00
Aquisição de maquinaria e equipamentos - Cultura Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.02 09-070115	30 000,00
Auditório da U.M. (protocolo) Aquisição de bens de capital - investimentos - outros investimentos	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.03 09-070115	55 000,00
Ateliês / Oficinas / Espetáculos Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1806 09-020220	3 000,00
Animação Leitura com escritores Aquisição de bens e serviços - aquisição de bens - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.5.1.1803 09-020225	1 000,00
Bibliotecas Escolares Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento	Plano de Plurianual de	30 000,00



Designação	Rubrica	Valor
básico - outro	Investimentos 2.5.1.12 09-07011002	
Aquisição de maquinaria e equipamento - Biblioteca Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.04 09-07011002	10 000,00
Aquisição de fundos bibliográficos e audiovisuais Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.01 09-07011002	10 000,00
Fornos da Cruz de Pedra (reposição) Aquisição de bens de capital - investimentos - edifícios - outros	Plano Plurianual de Investimentos 2.5.1.3407 03-07010307	150 000,00
Projetos e Programas Transferências correntes - Administração local - Continente - Freguesias	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0501 07-04050102	200 000,00
Apoio a pessoas de estratos sociais desfavorecidos Transferências correntes - famílias - outras - outras	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0901 07-04080202	200 000,00
Atribuição de subsídios - equipamento Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1001 07-080701	100 000,00
Atribuição de subsídios - despesas correntes Transferências correntes - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1002 07-040701	500 000,00
Atribuição de subsídios - obras de raiz Transferências de capital - instituições sem fins lucrativos - instituições sem fins lucrativos	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.1003 07-080701	100 000,00
Incubadora Social Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0502 07-020220	30 000,00
Plano Municipal para a Integração de Migrantes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0506 07-020220	40 000,00

Designação	Rubrica	Valor
Atividades de animação social Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0504 07-020220	40 000,00
Benefícios para Transportes Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.0902 07-020210	150 000,00
Modernização administrativa Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento de informática	Plano Plurianual de Investimentos 1.1.1.06 02-070107	38 000,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	02-020225	8 000,00
Plano de Mediadores Municipais Interculturais (TDI) Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros serviços	Plano de Atividades Municipais 2.3.2.17 07-020225	60 000,00
Orçamento Participativo Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 4.3.01 0103-020220	30 000,00
Orçamento Participativo Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 4.3.08 0103-07011002	50 000,00
Centro de Ciência Viva Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - outros trabalhos especializados	Plano de Atividades Municipais 4.3.05 07-020220	38 000,00
Centro de Ciência Viva Aquisição de bens de capital - investimentos - equipamento básico - outro	Plano Plurianual de Investimentos 2.1.3.0406 07-07011002	5 000,00
Subsídios - Sociedades e quase-sociedades não financeiras - privadas	05-050103	5,00
Aquisição de bens e serviços - aquisição de serviços - transportes	05-020210	532 726,00

A aprovação desta revisão é da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea a) do nº1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.” As referidas informações dão-se aqui por reproduzidas e ficam arquivadas em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Votaram a favor o Presidente da Câmara e os



11

Vereadores Adelina Paula Pinto, Ricardo Costa, Paula Oliveira, Fernando Seara de Sá e Sofia Ferreira. Abstiveram-se os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro e Ricardo Araújo. -----

O Presidente da Câmara informou que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal se realiza no dia 2 de maio de 2019, à hora e local habituais, em virtude do feriado do Dia da Liberdade - 25 de Abril, considerando-se todos os membros do Órgão Executivo presentes devidamente convocados, retomando-se, naquela data, a periodicidade quinzenal de realização das reuniões. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA. -----

PELAS DOZE HORAS E TRINTA MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----

Amélia Bastos

